



## CARTA ABERTA SOBRE A HABITAÇÃO DAS PESSOAS CIGANAS

*Por iniciativa da Associação Habita, um extenso grupo de Associações ciganas e outras individualidades e instituições ciganas ou não, redigiram a seguinte Carta Aberta que foi publicada no dia 25 de abril no Público e enviada a membros do Governo e a outras entidades nacionais e estrangeiras.*

### **Exigimos o Direito à Habitação Digna das Pessoas Ciganas/Rroma em Portugal: Reparação, já!**

Após 46 anos das promessas de Abril - igualdade, liberdade e direitos constitucionais para todas as pessoas - sabemos que muitas ficaram por cumprir. No entanto, ressaltamos que a desigualdade no acesso à saúde, educação, trabalho e habitação de qualidade por parte das comunidades Ciganas/Rro-

ma é particularmente gritante na democracia portuguesa.

**Há demasiado tempo que se sabe da precariedade habitacional que as pessoas Ciganas/Rroma enfrentam nas mais diversas latitudes do país.** Muitas vivem em barracas de madeira e lona ou em casas autoconstruídas sem acesso a água, luz, saneamento básico ou recolha de lixo; outras vivem em habitação pública, tantas vezes em sobrelocação e segregadas do restante tecido urbano.

Estas situações são bem conhecidas pelos municípios, pelos serviços locais da segurança social e pelo governo central. Há pelo menos duas décadas que inúmeros relatórios

(Continua na pág. 2)



foto Jornal da Nossa Terra - ADC Moura.

### **Editorial**

Como este número da Caravana reflete, tantas forças se têm reunido para defender os direitos das pessoas e das comunidades ciganas, quer ao nível interno, quer ao da União Europeia, que alguns resultados não surgiram para repor a justiça e para incrementar a fraternidade entre as várias populações culturais no nosso país, entre as quais se destacam, pelas amargas consequências da discriminação e da exclusão, as populações de cultura cigana. Entre as realizações referidas neste número, destaca-se a iniciativa da Associação Habita, de elaborar uma “Carta aberta sobre a habitação das pessoas ciganas”, com data de 25 de abril, na qual colaborou um número inédito de as-

sociações e de pessoas ciganas, o que revela a potencialidade de mobilização dos próprios representantes das comunidades ciganas.

Concluimos esta nota, com o contributo da ONPC numa importante reunião online promovida pela Plataforma da FRA (Agência Europeia para os Direitos Fundamentais) em 17 de junho, que é noticiada e reproduzida na pág. 4, sobre as recomendações do Conselho Europeu aos Estados Membros, relativamente à mobilização das partes interessadas locais e regionais e à cooperação com a sociedade civil, no âmbito do novo Quadro estratégico da UE para a igualdade, a inclusão e a participação dos Ciganos 2020-2030.

Francisco Monteiro

(Continuação da pág. 1)

e pareceres nacionais e internacionais têm vindo a denunciar a situação de precariedade habitacional enfrentada pelas pessoas Ciganas/Rroma. A Assembleia da República já ouviu, por diversas vezes, pessoas das comunidades Ciganas/Rroma, concluindo que existe uma realidade historicamente penalizadora e a necessidade urgente de a resolver. Ao nível supranacional, a Comissão Europeia tem constatado o constrangimento da comunidade Cigana/Rroma no acesso à habitação e a outros direitos fundamentais, recomendando um esforço do Estado português.

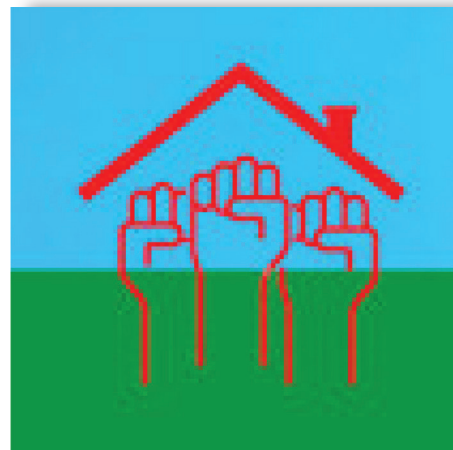
De acordo com um estudo recente do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU, 2015), sabe-se que, **pelo menos um terço da população Cigana/Rroma habita em alojamentos não clássicos (32%) e metade reside em habitação pública (46%)**. Sabemos ainda que, por ação dos municípios, **uma grande parte é forçada ao nomadismo**, o que implica sobressalto permanente e reforça a precariedade obrigando a reconstruir de novo, a cada expulsão. **A discriminação e a marginalização são uma constante seja no mercado privado seja por entidades e organismos do Estado**: muitas autarquias não aceitam os pedidos de habitação pública de famílias Ciganas/Rroma e recusam-se a realojá-las, reproduzindo o racismo anti-cigano na sociedade portuguesa, em total contradição com os compromissos de um Estado que subscreve acordos internacionais de direitos humanos.

Perante esta realidade, as recomendações sanitárias a propósito da pandemia são insultuosas: **como impor confinamento e regras de higiene a quem não tem casa para se confinar e não tem água para lavar as mãos?** É muita arrogância dizer a quem tem filhos com doenças respiratórias graves que tenha paciência perante os temporais que se abatem sobre

as suas camas, porque o tempo da política é diferente do tempo da vida.

É muita ousadia dizer a quem vive no meio da lama que se “integre”. Na ausência de uma habitação digna, quaisquer medidas de “integração” são inconsequentes por parte do Estado, acrescentando frustração à vida das pessoas Ciganas/Rroma. **Constrói-se assim o argumento de que elas não são capazes de se integrar, quando sabemos que a incapacidade está noutro lugar.**

Sucessivos governos têm criado comissariados, comissões e observatórios ao mais alto nível e estratégias nacionais específicas para lidar com esta problemática. A Estratégia Nacional para Integração das Comunidades Ciganas (ENICC, 2013-2022) afirma “promover a melhoria dos indicadores de bem-estar e de integração das pessoas ciganas” e um dos objetivos estratégicos é “garantir as condições para uma efetiva igualdade de acesso a uma habitação adequada por parte de pessoas ciganas”. **Questionamos que medidas de apoio efetivo à habitação foram executadas no âmbito desta Estratégia?** Fica ainda por perceber porque não se utilizam programas de alojamento urgente como o ‘Porta de Entrada’ e não se garante o acesso a bens essenciais, de acordo com a Resolução da Assembleia da República n.º 151/2017, que era já urgente à data da sua publicação.



Logotipo da Associação Habita

(Continua na pág. 3)

## CARAVANA - ASSINATURAS DE 2021

**Assinatura anual:** € 9,00

**Assinatura de apoio: a sua generosidade**

Nome \_\_\_\_\_ N.º \_\_\_\_\_ \*

Morada \_\_\_\_\_

Código postal \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_

Junto envio a importância de € \_\_\_\_\_ em {  cheque ou vale de correio à ordem de **Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos**  
É favor não passar o cheque à Ordem da Caravana, mas sim da **OBRA NACIONAL DA PASTORAL DOS CIGANOS**, caso contrário teremos que lhe devolver o cheque. Obrigado.  
 transferência bancária (NIB: 0036 0000 9910 5888 3823 8)

Data \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / 2021 Ass. \_\_\_\_\_ \* É o seu n.º de assinante (ver na etiqueta)

### ASSINATURAS GENEROSIDADE

Quem pagou a assinatura ultrapassando o valor mínimo - bem hajam pela generosidade que também é partilha:  
**Luís L. e Eduarda O. Cunha, Viseu** **Adelino Marques, Coimbra.**

**A iniciativa e a responsabilidade do realojamento não pode ser só das autarquias**, é essencial que o Estado central garanta que a legislação seja aplicada e que a falta de capacidade financeira e técnica de alguns municípios seja suprida, nomeadamente através de estratégias intermunicipais elaboradas com a máxima urgência, por forma a que a igualdade seja efetivada em todo o território.

Abre-se um novo espaço de oportunidade com o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR): quase 1700 milhões de euros inscritos para habitação, até 2026, em grande parte para a execução do Programa 1º Direito. Lembramos que este programa prevê a possibilidade de reconversão urgente de edifícios públicos ou privados para habitação e que o Programa Porta de Entrada está especificamente vocacionado para “de forma célere, eficaz e integrada, providenciar alojamento urgente e soluções habitacionais”. **Sabemos ainda de muitos casos em que casas vazias e utilizáveis no curto prazo estão muito próximas de pessoas com necessidade de habitação.** Casas tantas vezes património do Estado, da Igreja, das Misericórdias, ou de privados, cuja função social – das casas e das instituições – torna difícil aceitar que contínuem devolutas e em degradação em vez de alojarem uma família.

Exigimos o realojamento urgente e digno para todas as pessoas que vivem em precariedade habitacional, priorizando as pessoas Ciganas/Rroma, por modo a reparar as consequências da perseguição histórica de que têm sido alvo nos últimos séculos.

**Todas as palavras já foram escritas, falta agora compromisso, vontade política e transparência que se traduzam em melhorias reais na condição habitacional das pessoas Ciganas/Rroma.**

#### **Organizações subscritoras:**

AMEC- Associação dos Mediadores Ciganos de Portugal

Amucip- Associação para o Desenvolvimento das Mulheres Ciganas (Seixal)

APICC - Associação para a Integração da Comunidade Cigana

Associação Cigana de Águeda

ACAJUCI - Associação Cristã de Apoio à Juven-

tude Cigana

APODEC- Associação Portuguesa para o Desenvolvimento da Etnia Cigana

Associação Social Recreativa Cultural “Os Viquingues” (Porto)

ASRCCC - Associação Social Recreativa e Cultural Cigana de Coimbra

Costume Colossal - Associação para a Integração das Comunidades Ciganas

FECALP - Federação Calhim Portuguesa

Iniciativa Cigana

Kale Amengue

Letras Nómadas- Associação de Investigação e Dinamização das Comunidades Ciganas

Racismo Não! (Resistência Cigana)

Raízes Tolerantes- Associação Cigana de Jovens e Pais (Castelo Branco)

Ribaltambição - Associação para a Igualdade de

Género nas Comunidades Ciganas (Figueira da Foz)

Sílaba Dinâmica - Associação Intercultural (Elvas)

Techari Associação Nacional e Internacional Cigana (Loures)

União Romani Portuguesa

UNIR (Resistência Cigana)

Habita! - Associação pelo Direito à Habitação



foto Jornal da Nossa Terra – ADC Moura.

e à Cidade

Núcleo Antirracista de Coimbra

SOS Racismo

STOP Despejos

#### **Subscrições individuais:**

Almerindo Prudêncio, Ativista anti-racista

Bruno Oliveira, Mediador

Cátia Montes

Ivo Guerreiro, Presidente da Comissão de Moradores do Bairro Alfredo Bensaúde

Guiomar Sousa, Ativista

Maria Gil, Actriz e Ativista Roma

Manuel Abreu

Telmo Maia, Cigano/ Roma

Ana Rita Alves, Antropóloga CES-UC

Fernanda Marreiros, Enfermeira

Fernando Moital, Professor

Francisco Monteiro, Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos

Rita Costa, Investigadora CRIA/Iscte-iul

# PRIMEIRA COORDENADORA DA UE PARA O ANTI-RACISMO

ERGO\* - News (internet) 17 maio

Hoje a Comissão Europeia nomeou Michaela Moua (MM) como a primeira Coordenadora Anti-Racismo de sempre. A ERGO congratula-se com esta nomeação, salientando que MM vem da sociedade civil e tem uma extensa experiência no movimento anti-racista. Juntamente com muitas organizações membros da ERGO, tais como a ENAR (European Network against Racism) e a Equinox Initiative for Racial Justice, apelaram à nova Coordenadora para que trabalhe no sentido de a igual-



dade racial integrar o trabalho da Comissão Europeia, implementando o Plano de Ação da UE contra o Racismo e envolvendo ativa e inclusivamente as organizações da sociedade civil.

\* *European Roma Grassroots Organisations Network (Rede Europeia de Organizações Ciganas de Base) com sede em Bruxelas, fundada em 2008, atualmente presente em 24 países europeus (em Portugal não tem nenhum membro).*

## QUADRO ESTRATÉGICO DA UE PARA OS CIGANOS 2020-2030

Em 17 de junho, a Plataforma da FRA (Agência Europeia para os Direitos Fundamentais), à qual a ONPC pertence, promoveu uma reunião temática online das organizações ciganas da sociedade civil sobre o papel que lhes é atribuído no novo Quadro estratégico da UE para a igualdade, a inclusão e a participação dos Ciganos 2020-2030, no âmbito do qual os Estados Membros (EMs) devem submeter as respetivas estratégias nacionais ao Conselho da UE até ao próximo mês de setembro. Na Recomendação do Conselho relativamente às estratégias indicadas, no que se refere a mobilizar as partes interessadas locais e regionais e à cooperação com a sociedade civil, são formuladas 12 recomendações que, segundo o Conselho Europeu, os EMs devem promover. Sobre esse aspeto, a ONPC fez uma intervenção que posteriormente desenvolveu no seguinte texto que foi enviado à FRA que por sua vez o reenviou à Comissão Europeia.

“Consideramos da maior importância esta questão, de cuja solução depende a efetiva redução ou não dos piores casos de pobreza dos ciganos. A Recomendação do Conselho da UE aos EMs (relativamente ao novo Quadro para a inclusão dos

ciganos) especifica 12 excelentes recomendações. A recente Cimeira social do Porto, para as boas conclusões que apresentou, não deixou de reafirmar, com uma clara complacência, o princípio europeu da subsidiariedade. Onde está a questão do controle da implementação? Assim, sugeriríamos que o sistema de controle da implementação é a chave e deveria ser o objetivo central de todas as ações da UE e especificamente das da FRA, a começar pelo novo Quadro para a inclusão dos ciganos. É desencorajador ler que sistematicamente os resultados efetivos das estratégias para a inclusão dos ciganos ficam aquém, em geral muito aquém dos objetivos fixados. Nem é de todo eficaz, novamente, recomendar que os fundos europeus sejam especificamente atribuídos a programas de inclusão dos ciganos. Que saibamos, não existe qualquer controle sobre quais programas para ciganos, financiados pela UE, de facto resolveram a pobreza, e mesmo a miséria de tantas famílias ciganas. Não deveria a UE estabelecer índices de pobreza concretos, como quantas expulsões foram evitadas, quantos municípios de facto aceitaram e com fundos facultados pelo Estado – UE disponibilizaram casas decentes a famílias ciganas afetadas pela miséria?”

## CIGANOS SÃO NOTÍCIA

Canção Nova (6 jul)

Francisco Monteiro deu uma entrevista ao programa “Manhã Viva” sobre a ONPC, a pastoral dos ciga-

nos em Portugal e noutros países, a Igreja, os Beatos Zeferino e Emília, o Servo de Deus Juan Ramón, a discriminação e a pobreza.

(Continua na pág. 6)

# IGUALDADE, INCLUSÃO E PARTICIPAÇÃO DOS CIGANOS NA UE, CONFERÊNCIA PROMOVIDA PELA PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DA UE

A Presidência Portuguesa do Conselho da UE, promoveu em 15 de abril, uma conferência online, sobre o tema “Trabalhando juntos pelos direitos dos Ciganos”. O objetivo foi desenvolver ações na luta contra o racismo, na promoção dos direitos fundamentais e da redução das desigualdades e no combate a todas as formas de discriminação. Os promotores afirmam que acelerar os esforços para reforçar a igualdade dos ciganos e a sua inclusão e participação na UE é mais crucial que

nunca, no cenário de desafios crescentes no contexto da pandemia do Covid-19 e de incidentes de antiganismo e de discurso de ódio. Concretamente, pretendeu-se analisar o contributo da Recomendação do Conselho sobre a igualdade, a inclusão e a participa-

ção dos Ciganos para o aprofundamento do compromisso da UE no aumento da promoção dos direitos dos ciganos.

A conferência contou com a participação da Secretária de Estado para a Integração e as Migrações, Cláudia Pereira, da Coordenadora do OBCIG (Observatório das Comunidades Ciganas), Maria José Casa Nova, de representantes da Câmara Municipal de Torres Vedras, do ERIAC (European Institute

for Arts and Culture), da Open Society Foundations, do ECRI (Comissão Europeia do Conselho da Europa contra o Racismo e a Intolerância), FRA (Agência Europeia para os Direitos Fundamentais) e Parlamento Europeu, entre outros.



## RECOMENDAÇÕES DA ERGO PARA OS QUADROS ESTRATÉGICOS NACIONAIS NO ÂMBITO DO NOVO QUADRO ESTRATÉGICO DA UE PARA A IGUALDADE, A INCLUSÃO E A PARTICIPAÇÃO DOS CIGANOS 2020-2030 (QEEIPC)

Fonte: Newsletter OBCIG - dez 20 – continuação do nº 100

Os EMs deveriam cumprir plenamente o princípio 19 do Pilar relativamente à habitação e à assistência a quem não a tem, por forma a garantir que a habitação de qualidade e económica está ao dispor também dos ciganos. Segundo o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (SDG) 11 do Pilar (Cidades e Comunidades Sustentáveis), o art. 13 da Carta Social Europeia e os arts. 30 e 31 da Carta Social revista, os governos têm a obrigação de promover o acesso efetivo à habitação de um nível adequado, de evitar e reduzir a falta de habitação tendo em vista a sua eliminação

gradual e de fazer com que o preço da habitação seja acessível para aqueles que não têm recursos adequados; deveriam dar prioridade a assegurar “habitação adequada” para as famílias ciganas; deveriam fazer o levantamento da situação da habitação dos ciganos e desenvolver políticas abrangentes de habitação, tanto para os ciganos sedentários, como para os itinerantes. É ainda recomendado que os acampamentos informais onde os ciganos vivem deveriam ser legalizados; em alternativa, deveria ser fornecida habitação permanente, decente, a custos suportáveis e dessegregada para os ciganos atualmente a viver em locais que não possam ser legalizados por motivos justificáveis.

CONVITE



**SEMINÁRIO**  
**DIA NACIONAL DAS PESSOAS CIGANAS:**  
 INTERVENÇÕES PARTICIPADAS E AS NOVAS POLÍTICAS DE HABITAÇÃO  
**24 junho 2021 Teatro Miguel Franco LEIRIA**

A Secretária de Estado para a Integração e Migrações, Cláudia Pereira, o Presidente da Câmara Municipal de Leiria, Gonçalo Lopes e a InPulsar - Associação para o Desenvolvimento Comunitário, têm o prazer de convidar V. Exa. para o Seminário “Dia Nacional das Pessoas Ciganas: Intervenções participadas e as novas políticas de habitação”, a ter lugar no dia 24 de junho (quinta-feira), no Teatro Miguel Franco, a partir das 10h00, conforme programa em anexo.

Transmissão em direto  MUNICIPIOLEIRIA



## CIGANOS SÃO NOTÍCIA

(Continuação da pág. 4)

### Ecclesia (24 jun)

Portugal: Igreja Católica tem sido «voz de todos os problemas» da comunidade cigana

*Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos é um dos exemplos dessa presença e acompanhamento*

O diretor-executivo da Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos (ONPC), no Dia Nacional das Comunidades Ciganas, disse que “os problemas dos ciganos são mais do que muitos”, considerando que têm de ser “os protagonistas” da mudança e porta-vozes da sua própria evolução, a solução dos seus problemas. No Dia Nacional das Comunidades Ciganas, Francisco Monteiro (FM) acrescentou que “têm sido feitos alguns progressos”.

Em declarações à Agência Ecclesia, FM disse que a Igreja parte do princípio de estar com as pessoas, e os ciganos “têm problemas enormes de exclusão, de anti-ciganismo e discriminação”. “Eles têm de organizar-se, evoluir em muitos aspetos, e isso é um trabalho lento, estamos diariamente com eles, ajudando, dando ideias, tentando resolver os problemas que podemos, insistindo com o Governo. São cidadãos portugueses há mais de um século, e a Igreja tem que estar presente, tem que estar a ajudá-los”.

A “luta política e social é enormíssima” e na Igreja é fundamental que se tenham “as ideias arrumadas”, quando o tema são as minorias, saibam do que estão a falar e ter a “coragem de falar dos ciganos”.

“Os ciganos portugueses são uma das mais pequenas

minorias que têm sido muito ignorados, muito desprezados. Systematicamente as leis são espezinhadas”, como “ainda hoje em dia com os ciganos nómadas compulsivos no Alentejo” que são “systematicamente expulsos de terra em terra”, ao abrigo de leis “obsoletas”, com dezenas de anos, que “infringem os princípios da Constituição Portuguesa e princípios sociais da União Europeia”, sobre desalojar pessoas “sem alternativa digna”.

“A Igreja tem sido um pouco a voz de todos os problemas ao longo do tempo”.

FM assinalou que hoje “há um nível de escolarização maior” na comunidade cigana, destacando que “há experiências notáveis para integrar, chamar e dialogar com os ciganos”, mas a maioria dos programas escolares “têm pouco a ver” com a sua cultura. “Só através da educação e da formação é que se podem abrir, ter empregos e andar para a frente”.

“O sentido de pertença à sua cultura e o reconhecimento na comunidade é fundamental” e é preciso respeitar estes valores, “sem descurar” que também têm que “evoluir por si próprios para a integração, para se acabar com o racismo e a discriminação”.

FM contextualizou que “há um problema histórico”, e que os ciganos quando há 500 anos vieram para Portugal, “foram bem recebidos, eram músicos, artesãos, eram pessoas interessantes”, mas quiseram ser “fiéis à sua cultura” e “nem toda a gente reconhece isso”.

FM observou que “muitas vezes serem fechados não significa que não queiram abrir-se, mas é antes uma reação a quem os excluiu durante cinco séculos”.

(Continua na pág. 7)

## Voz da Verdade (23 mai)

O Congresso Diocesano da Pastoral Sócio-Caritativa, que decorreu a 15 de maio, no Centro Pastoral de Torres Vedras, assinalou o culminar de dois anos pastorais que tiveram como tema ‘Sair com Cristo ao encontro de todas as periferias’ (CSL 53). Numa intervenção que teve como tema ‘As periferias como lugar privilegiado da presença da Igreja’, o Cardeal-Patriarca pediu às “famílias” e às “comunidades cristãs” uma “simbiose total entre a palavra ouvida, a oração filial e fraterna e a caridade realizada”.

No início da tarde, o painel ‘A Igreja no centro das periferias’, moderado por Raquel Abecasis, apresentou o trabalho sócio-caritativo de algumas pastorais diocesanas, tendo-se iniciado com a intervenção de Manuela Mendonça, da Pastoral dos Ciganos do Patriarcado de Lisboa (*ver artigo seguinte*).

## Ecclesia (15 mai)

Igreja: «Têm-se aberto caminhos, mas há autoestradas a percorrer» – Congresso partilhou experiências de pastoral social

*Congresso Diocesano da Pastoral Sócio-Caritativa partilhou relatos de diferentes áreas: pessoas com deficiência, pastoral dos ciganos, pastoral penitenciária e ajuda aos migrantes e refugiados*

Manuela Mendonça, do departamento da Pastoral dos Ciganos do Patriarcado de Lisboa, afirmou que, com este trabalho que começou nos anos 70, “tem-se aberto um caminho mas há uma autoestrada que é preciso percorrer”.

“São sete as paróquias que no patriarcado de Lisboa fazem acompanhamento a jovens e crianças de etnia cigana, num total de 488, mas também desenvolvem trabalho comunitário que compreende o atendimento, visitas e encaminhamento, dinamização de formação e cursos, e o estabelecimento de parcerias para encontrar mais respostas.

Este trabalho teve início nos anos 70, com Fernanda Reis, ‘a primeira voluntária’, que nos bairros da Amadora estava inquieta com as ‘crianças que não iam à escola’. ‘Estas pessoas não tinham escola, documentos, registos, e por isso surgiu a necessidade de ajudar estas pessoas a serem pessoas, que se encontrem e sejam respeitadas’.

Os objetivos do serviço pastoral pretendem ir ao encontro de todos, ‘valorizar todos’ para serem ‘respeitados como pessoas porque todos somos portugueses’, apostando na ‘relação pessoa a pessoa’ e procurando fazer com a comunidade cigana ‘um encontro com os valores evangélicos’.

LS

## Jornal da Nossa Terra (15 mar)

*Edição dedicada aos ciganos de Moura – continuação do nº 100.*

O JNT conta histórias de ciganos de localidades do Concelho de Moura:

Natanaela Reis (“a menina-mulher”) do Sobral da Adiça que afirma: “sabe, a ADCMoura\* é a minha segunda mãe.”

José Emídio (“o ambulante”), também do Sobral, cujo modo de vida de vendedor ambulante não resistiu à crise económica, à burocracia, às taxas, à ASAE e à consequente extinção de feiras.

Adérito Cardas (AC) (“o pastor”), nascido em S. Aleixo da Restauração, da Igreja Evangélica Filadélfia de Portugal. Esta Igreja “de matriz protestante”, foi criada em meados do século passado em França, tendo-se expandido rapidamente pelo mundo como um grande movimento de evangelização das comunidades ciganas, tendo chegado a Portugal na década de 70. A sua forte implantação traduz-se hoje em cerca de 80 por cento de devotos entre a população cigana portuguesa, tradicionalmente católica, figurando o Alentejo e em especial o concelho de Moura como os campeões nacionais do proselitismo evangélico. Tal como no resto do país, a penetração da Igreja Evangélica em Moura e a sua influência avassaladora nos modos de vida e nos hábitos culturais ciganos tem sido apontada como positiva.

AC começou por ser comerciante de automóveis pela Internet. Na igreja de Pias, ministrava o “culto” três vezes por semana, que aproveitava para dirimir disputas de “contrários”, mostrando às partes (famílias) desavindas o caminho do perdão e da reconciliação e usava também toda a sua autoridade moral na pacificação dos “indomáveis” e “indisciplinados”,

censurando, nos seus sermões, situações de alcoolismo, toxicodependência, tráfico de drogas e outras condutas reprováveis. De certa forma, o poder do pastor tende a substituir-se à kris, o “tribunal” cigano que lida com regras pacificadoras dentro da comunidade. A aplicação da lei cigana deixa assim de estar circunscrita ao universo laico para passar a estar na órbita da esfera religiosa. AC dedica-se a outras causas de amor ao próximo. Através de contactos privilegiados que mantém com empresários agrícolas espanhóis, chama a si o recrutamento dos ciganos interessados em trabalhar nos campos e pomares de Huelva. Trata-lhes ainda da «papelada» e do alojamento. Trabalho sazonal, com contrato, descontos e salários convidativos, que chega a ocupar duas dezenas de famílias de Moura (o casal ou o seu elemento masculino), de Março a Outubro. Nes-



foto Jornal da Nossa Terra – ADC Moura.

(Continua na pág. 8)

(Continuação da pág. 7)

ta primeira campanha de abril e maio de 2021, a mão-de-obra destina-se à apanha de morango, framboesa e mirtilo. Também Adérito costuma fazer, pelo menos, uma campanha destas por ano. “Em Espanha não há racismo como aqui. Estou inscrito no Centro de Emprego de Moura e nunca me chamaram para trabalho.”

Ada Barão (AB) (“a guia-intérprete”)

AB é cigana, tem 21 anos, é solteira, tem o 9º ano e aspira ao 12º e à universidade; é guia-intérprete no Museu Municipal de Moura. AB vive entre a surpresa de uns e o espanto de outros, e o apoio e compreensão de ambos os mundos, cigano e não-cigano, nunca tendo sentido qualquer assomo de discriminação pelas suas escolhas. Refere que os outros “acham que sou uma cigana moderna e que todas nós devíamos ser assim.” Para ela, “ter maneiras de senhor(a)” não é sinónimo de perder o ‘orgulho de ser cigano(a)’. Pelo contrário, quanto mais aprendermos e conhecermos a cultura do Outro, mais preparados e capacitados estaremos para defender a nossa cultura, numa base de diálogo, de compreensão das diferenças e daquilo que nos une. Isso aplica-se a ciganos e não-ciganos. ‘Nós, ciganos, também temos muitas coisas a ensinar aos não-ciganos’”. “Adoro aquilo que faço! Sinto-me realizada! No futuro, gostava de estudar História.”

Benjamim Barão (BB) (“o mediador”), 27 anos, mourense, cigano, “mediador intercultural por convicção e missão”. Frequentou o curso de Técnico de Instalações Elétricas, na Escola Profissional de Moura, escola onde gostou de estudar “pela sua abertura à inclusão. Nesta escola encontrei uma grande tolerância face à diferença e face a outras culturas. Proporcionou-me conviver com não-ciganos, ciganos, pretos, romenos, ucranianos... e fez de mim aquilo que sou hoje, uma pessoa mais preparada para a vida, para o diálogo intercultural e para a multiculturalidade. Nesta escola nunca houve preconceitos, nem tabus. Estou grato à Escola e a todos os(as) professores(as) que nela trabalham ou que já trabalharam.”

Em 2013 integrou uma comitiva de 30 jovens, ciganos e não ciganos de toda a UE, que participaram num evento do Centro Juvenil Europeu, que se realizou em Budapeste, na Hungria. “Lembro-me de ter contactado com mulheres ciganas de outros países que eram professoras universitárias, estudantes de medicina, que estavam casadas e não tinham filhos, e que acharam estranho quando lhes disse que na minha região não havia raparigas ciganas nas universidades e que grande parte delas já tinha filhos. Eu também achei uma novidade o caso delas. Conheci pessoas muito diferentes, todas

extraordinárias e de grande capacidade, casais ciganos, ciganos gays, ciganas lésbicas... A minha realidade, aqui em Moura, nunca me tinha deixado ver um mundo tão diferente e rico. Este foi um dos trampolins para ser o que sou hoje. Outros contactos e outras viagens se seguiram. Acabei por conhecer quase todas as pessoas deste meio. Este mundo da luta pelos direitos das minorias ainda é tão pequeno que acabamos por nos conhecer todos. Também quero dizer que devo esta e outras viagens ao Pedro Calado, ex-Alto-Comissário das Migrações, também responsável pela criação do Programa Escolhas, que apostou desde cedo em mim e fez muito pelos jovens ciganos, dando-lhes voz e palco.

Em 2016 andou por Serpa, Reguengos, Beja, Moura e Sobral da Adiça, com o jornalista Tiago Carrasco, o Daniel Costa Neves, um fotógrafo reconhecido que já ganhou prémios internacionais e o actor e escritor norte-americano Jeff Wood, que vive em Berlim, e que é o editor da revista (Berlin Quarterly), onde sairia a reportagem com o título Ciganos of Alentejo.

Em 2017 estive no Palácio de Belém, com o grupo de estudantes universitários e bolseiros ciganos do projecto Opré Chavalé, num encontro com o Presidente da República.

“Diante do Presidente, cada um falou do seu percurso e da sua experiência. Foi um dia importante para nós ciganos. Destaco a oportunidade de se falar dos ciganos num espaço democrático.

E ter o Presidente da República a receber-nos e ouvir-nos é um reconhecimento brutal daquilo que os ciganos são e fazem e também do Programa Opré Chavalé. Representou uma motivação extra para os ciganos que apostam nos estudos para melhorarem as suas vidas. Eu como cigano estudante tive essa oportunidade, esse privilégio, de ter estado com o Presidente. Quando eu lhe disse que vinha de Moura, respondeu: «Moura!? Aí bebe-se bom vinho.» “

(Continua no próximo número)



foto Jornal da Nossa Terra – ADC Moura.

#### FICHA TÉCNICA

**a caravana**

Director: P. Frei Francisco Sales Diniz, O.F.M.

Propriedade e Editor: Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos

QUINTA DO BOM PASTOR, EST. DA BURACA, 8/12, 1549-025 LISBOA

TEL. 21 885 5468 - FAX 21 584 9514

Contribuinte N.º 501660054

Email: [pastoralciganos@ecclesia.pt](mailto:pastoralciganos@ecclesia.pt) Internet: [www.ecclesia.pt/pnciganos](http://www.ecclesia.pt/pnciganos)

Periodicidade: Trimestral

Tiragem: 900 exs.

Paginação: Paulo Nunes - Tlm. 934207548

Impressão: OCPM

Isento de registo na ERC ao abrigo da alª a) do nº 1 do artº 12 do D.R. 8/99 de 9/6, com as alterações introduzidas pelo D.R. 2/09 de 27/01.